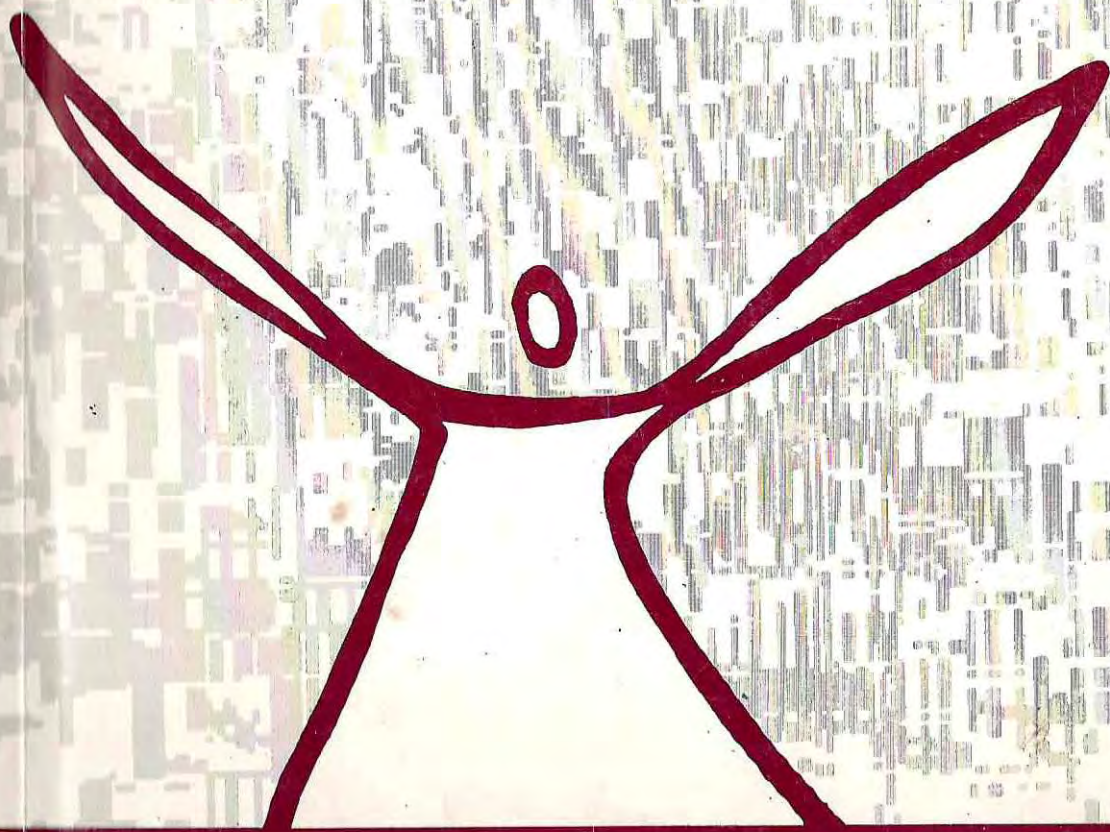


cidade cidadania



Cidade, Cidadania:

UM OLHAR A PARTIR DAS MULHERES

Redação: Sílvia Camurça e Taciana Gouveia

Revisão crítica: Ana Paula Portella e

Maria Betânia Ávila

Revisão: Ana Paula Portella

Produção Executiva: Solange Rocha

Projeto gráfico: Ouriço Design

Editoração eletrônica: DigiArte

Impressão gráfica: GCL Gráfica Ltda.

Edição: SOS CORPO - Gênero e Cidadania

Rua Major Codeceira, 37 - Sto. Amaro

50100.070 - Recife -PE. - Brasil

Fone: (081) 423.3044 Fax (081) 423.3180

SOS CORPO@AX.IBASE-BR

Tiragem: 800 exemplares

Apoio: OXFAM e EZE

"Pensar a cidade no feminino é, sem dúvida nenhuma, um novo exercício de reflexão para todo o movimento de mulheres, tanto o institucionalizado como o autônomo. A presença majoritária das mulheres nas lutas por melhorias nos serviços e qualidade de vida legitima a sua presença nas decisões. Afinal, como utilizadoras da cidade e produtoras de parte de sua riqueza elas têm muito a contribuir e decidir. E essa releitura da vida urbana é essencial se queremos falar de igualdade e justiça social".

(Sonia Calió)

INTRODUÇÃO

Quando se pensa e se discute sobre os problemas da cidade há uma tendência muito forte em se tomá-las como sendo um determinado espaço sócio-geográfico habitado por uma população homogênea, ou quando muito, dividida em classes sociais.

Neste trabalho tomamos outro caminho, pois entendemos a cidade como um espaço dinâmico, marcado por conflitos oriundos dos vários sujeitos que fazem o seu cotidiano. Tais sujeitos não se opõem apenas pelas diferenças, desigualdades e exclusões geradas pelas relações de classe, a teia que forma a cena da cidade é muito mais complexa onde o sexo, a raça e a idade produzem também desigualdades e injustiças profundas e radicais.

Assim sendo, para nós é fundamental que a estrutura desigual das relações de gênero seja desvelada e incluída em todos os processos de organização das cidades.

Mas, o que são as relações de gênero? De modo sintético, podemos afirmar, como faz Scott (1991), que "gênero é um elemento constituinte das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder". Ou seja, as relações de gênero são relações de poder que criam desigualdades, subordinações, exclusões, posições e valores diferenciados para mulheres e homens numa dada organização social. Tais relações são construídas e vividas no cotidiano, expressando assim a forma como cada sociedade estabelece os lugares de mulheres e homens, orientando e estruturando tanto a vida doméstica quanto à formulação de políticas sociais.

¹ A Região Metropolitana do Recife é formada pelos municípios de Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata e foi instituída em 1975 pelo Governo Federal.

Para conhecermos a maneira como estão estabelecidas as desigualdades e exclusões das mulheres no contexto da Região Metropolitana do Recife (RMR)¹ iremos analisar indicadores sócio-econômicos como escolarização, saúde, trabalho, saneamento; as ações das administrações municipais na tentativa de modificar este quadro; e, o que é mais importante, a ação cotidiana das mulheres organizadas nas cidades, buscando cons-

truir e consolidar velhos e novos direitos, ampliando e redimensionando, deste modo, a noção de cidadania.

Assim concebida, a cidadania significa não só a realização de ações como votar e ser votado, ou ter direito à escola, saúde, trabalho e condições dignas de moradia. Tudo isto é fundamental e imprescindível, mas cidadania também é uma "prática conflituosa vinculada ao poder, que reflete as lutas sobre quem poderá dizer o que ao definir quais os problemas comuns e como serão tratados." (Jelin, 1994)

Ou seja, a conquista dos direitos passa necessariamente pelo reconhecimento e ação dos/as sujeitos políticos e seus projetos, é o "direito de ter direitos". (Arendt, *apud*, Jellin 1994)

É neste sentido que também discutimos neste texto alguns "desafios" para a construção da cidadania ativa das mulheres, procurando com isto indicar que existem estratégias e soluções que estão ao alcance de todos/as sem que se incorra no risco de criar uma situação onde "existe a condição cidadã dos que vivem bem situados no mercado de trabalho e no espa-

ço urbano e que dispõem das obras e serviços estatais sem outra contrapartida que o imposto, e existe também a situação dos outros, de cuja boa vontade depende a realização de políticas sociais. Apresenta-se, portanto, uma separação brutal que afeta diretamente a idéia que se tem de cidadania e as expectativas em relação ao papel do Estado" (Nunes,1993).

Estar atento/a a esta possibilidade de diferentes estatutos de cidadania é uma necessidade premente para as administrações municipais e este trabalho pretende oferecer algumas reflexões e propostas de ação, a partir da perspectiva feminista, que permitam superar as formas tradicionais de pensar a cidade e suas políticas sociais. Tendo em vista este objetivo anexamos ainda um pequeno diagnóstico participativo sobre a situação das mulheres em pequenas localidades e alguns indicadores para a avaliação de programas voltados para as mulheres.

Por fim, queremos ressaltar que este texto se insere num conjunto maior de iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pelo SOS CORPO Gênero e Cidadania nos últimos anos, como é o caso dos seminários

"Mulher e Políticas Públicas: O Papel dos Municípios", realizado em parceria com o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) em maio de 1993; "Gestão Municipal e Ação Política das Mulheres", realizado em junho de 1994; e o "Seminário Mulheres de Olho na Cidade", ocorrido em maio de 1995.

Além disso, utilizamos na construção dos perfil sócio-econômico das mulheres, na análise dos programas municipais e da organização e ação política das mulheres os seguintes levantamentos: "Situação Sócio-econômica das Mulheres na RMR" por Edileuza Rocha (SOS CORPO, 1995); "Região Metropolitana do Recife: Mulheres e Estado em Busca das Necessidades Práticas para a População Feminina e a Construção da Prática Democrática no Município" por Andréa Butto, Márcia Larangeira e Miriam Brasileiro; e "Participação Política das Mulheres na Comunidade", por Josineide Menezes e Maria Aparecida Fernandes.

A elas o nosso agradecimento mais que especial e a vocês o convite para ler e refletir sobre as idéias e informações que apresentamos neste texto, acreditando que ele nos ajudará na construção de uma cidade mais justa para as mulheres.

PERFIL SÓCIO- ECONÔMICO

É por demais denunciada a discriminação que as mulheres têm vivido. O movimento feminista iniciou o trabalho de tornar visível esta situação e inúmeras organizações de mulheres continuam a fortalecer cotidianamente esta ação. Entretanto, nunca é demais voltarmos a esse ponto uma vez que, por tradição ou costume, pois geralmente as desigualdades existentes entre os sexos são minimizadas, ou mesmo esquecidas, ao se tratar das questões sobre a cidade. Quando se pensa sobre as questões urbanas tal discriminação tem permanecido oculta, e nesse sentido, pensamos que uma das maneiras que temos para revelar, entender e transformar a vida das mulheres nas cidades é analisarmos alguns indicadores sócio-econômicos que nos permitam não apenas construir um perfil de como vivem as mulheres, mas principalmente desvelar as desigualdades e a exclusão a que estão submetidas.

O acesso à educação, que foi uma das primeiras lutas das mulheres brasileiras, é o caminho por onde iniciaremos as nossas análises. Os índices de escolarização na RMR nos apontam que tanto os homens quanto as mulheres possuem baixos índices educativos, pois 66% do homens e 60% das mulheres têm apenas de 1 a 8 anos de estudo, o que corresponde a uma escolarização de, no máximo, 1º grau. Contudo, é interessante observar que diferentemente de 30

anos atrás, os índices de escolarização entre os sexos são muito semelhantes, demonstrando que nas últimas décadas as mulheres têm freqüentado e permanecido na escola de modo bastante significativo. Hoje em dia, por exemplo, na população economicamente ativa é maior o percentual de mulheres em comparação com os homens, conforme aumenta o número de anos de estudo: por exemplo, 42% destas mulheres possuem 9 anos de estudo ou mais, enquanto o percentual de homens nesta mesma faixa é de 26%.

Estes dados podem ser analisados de várias formas, indo desde o reconhecimento da sociedade no que diz respeito ao direito das mulheres a receberem a educação formal, até uma maior exigência de qualificação das mulheres para serem incorporadas no mercado de trabalho.

Podemos supor também, como faz Rosemberg (1994), que a maior permanência das meninas na escola em, comparação aos meninos, pode ser atribuída ao fato de que "a cultura escolar exija comportamentos mais próximos dos padrões de socialização das meninas vigentes em outras instituições sociais marcadas por componentes patriarcais. Complementarmente, dado o maior índice de repetência dos meninos, observa-se entre eles, retardo escolar mais intenso o que pode acarretar maior desejo próprio e pres-

são do grupo familiar para o seu ingresso no mercado de trabalho, associado ou não, à sua permanência na escola". Poderíamos supor que esse aumento substancial na escolarização feminina estaria contribuindo para que as mulheres alcançassem melhores postos de trabalho e melhor remuneração. Entretanto, não parece ser isto o que está ocorrendo.

Na RMR, nos últimos nove anos houve um aumento de 54% da participação feminina no mercado de trabalho, ou seja, há mais mulheres trabalhando e elas têm, em geral, uma melhor escolarização. Mas as desigualdades salariais ainda persistem.

Quando analisamos os valores em salário mínimo recebidos mensalmente por mulheres e homens observamos que o maior percentual de ambos se encontra na faixa que vai de meio a 2 salários mínimos. Contudo, enquanto 51% dos homens se encontram nesta situação, o percentual de mulheres é de 64%!

O que estes dados nos revelam? Além de confirmarem a pobreza em que vivem a maioria dos/as moradores/as das nossas cidades, demonstram ainda o quanto as mulheres são discriminadas no mercado de trabalho, pois se sua qualificação educacional é igual ou melhor do que a dos

são do grupo familiar para o seu ingresso no mercado de trabalho, associado ou não, à sua permanência na escola". Poderíamos supor que esse aumento substancial na escolarização feminina estaria contribuindo para que as mulheres alcançassem melhores postos de trabalho e melhor remuneração. Entretanto, não parece ser isto o que está ocorrendo.

Na RMR, nos últimos nove anos houve um aumento de 54% da participação feminina no mercado de trabalho, ou seja, há mais mulheres trabalhando e elas têm, em geral, uma melhor escolarização. Mas as desigualdades salariais ainda persistem.

Quando analisamos os valores em salário mínimo recebidos mensalmente por mulheres e homens observamos que o maior percentual de ambos se encontra na faixa que vai de meio a 2 salários mínimos. Contudo, enquanto 51% dos homens se encontram nesta situação, o percentual de mulheres é de 64%!

O que estes dados nos revelam? Além de confirmarem a pobreza em que vivem a maioria dos/as moradores/as das nossas cidades, demonstram ainda o quanto as mulheres são discriminadas no mercado de trabalho, pois se sua qualificação educacional é igual ou melhor do que a dos

rotatividade de pessoal. Tudo isso nos aponta para o fato de que o mercado de trabalho é sexista, ou seja, "separa" as profissões a partir do sexo.

Analizando agora as estruturas familiares, merece atenção especial o crescimento das famílias chefiadas por mulheres. Atualmente, na RMR temos 27,5% das famílias com este perfil, representando um crescimento da ordem de 62% em nove anos (1981/1990). Estes dados são muito reveladores, pois entre outras coisas, podem indicar um crescimento da autonomia financeira das mulheres, o que pode influir na decisão sobre manter ou não seus casamentos; uma vivência sexual menos reprimida; além de uma menor tolerância com relação à violência doméstica.

Pensamos também que as mulheres podem estar declarando mais facilmente sua condição, demonstrando assim uma diminuição do preconceito e da vergonha de ser uma mulher sozinha e com filhos. Todos estes elementos nos apontam para as muitas modificações por que vêm passando a estrutura familiar na nossa sociedade. Mas por outro lado, desvela também dois graves produtos da atual organização das relações de gênero.

O primeiro é que as mulheres quando se declaram chefes de família, na maioria dos casos (96%), não possuem companheiro em casa, enquanto que apenas uma pequena

parcela dos homens que são chefes de família (7%) se encontram nesta mesma condição (Rocha, 1995).

Ou seja, mesmo com todas as transformações que ocorreram na nossa sociedade, inclusive no plano jurídico onde a Constituição de 1988 aboliu com a figura do chefe do casal, a possibilidade das mulheres se perceberem como chefes de família só se dá basicamente pela ausência do homem na casa. Isto demonstra que as normas sociais geradas a partir das relações de gênero, como, por exemplo, compreender as mulheres como naturalmente subordinadas aos homens, representam entraves, muitas vezes sutis, para a consolidação da cidadania das mulheres. Uma outra consequência, e que está diretamente relacionada com o que indicamos acima, é que as famílias chefiadas por mulheres apresentam altas probabilidades de serem famílias extremamente pobres. Segundo Brandão (1994) " mais de um terço de todos os domicílios que estão nesta situação no país é muito pobre". Isto se dá na medida em que se as mulheres geralmente recebem rendimento menores do que os homens e se quando são chefes não têm companheiros, a situação em que se encontram só pode ser precaríssima.

As questões relacionadas com a moradia nos fornecem indicadores muito importantes para avaliarmos as condi-

ções de vida das populações que residem nas cidades, especialmente das mulheres. Sabemos que elas são as responsáveis e executoras diretas do trabalho doméstico, que vão desde o cuidado com a saúde até a manutenção do orçamento doméstico. Neste sentido, a água, a luz, o saneamento, a coleta do lixo são serviços fundamentais, cujo bom funcionamento pode diminuir em muito o impacto das jornadas de trabalho na vida das mulheres.

Tomemos, por exemplo, a questão do saneamento básico. De acordo com o IBGE (*apud* Andrade, 1995) para que se considere que um domicílio possui condições sanitárias adequadas é necessário que esteja ligado à rede geral de esgoto ou tenha fossa séptica e/ou esteja ligado à rede geral de água através da canalização interna.

No nosso caso, apenas 32% dos domicílios são ligados à rede geral de esgotamento sanitário e 19% possuem fossa séptica, o que significa que quase a metade dos domicílios da RMR não possuem instalações sanitárias adequadas. No que se refere ao abastecimento de água 64% dos domicílios possuem as condições definidas pelo IBGE, entretanto, sabemos que estar ligada à rede geral e possuir canalização interna não garante água nas torneiras, haja vista as constantes crises de abastecimento que temos vivenciado na RMR.

Tal situação aumenta a carga a trabalho das mulheres, pois as tarefas domésticas, que garantem a reprodução cotidiana (alimentação, higiene, casa limpa e arrumada) precisam ser feitas e as mulheres muitas vezes têm que percorrer grandes distâncias na busca de água potável ou para jogar o lixo fora. As precárias condições sanitárias em que vivem estas mulheres e suas famílias se revelam nos altos índices de doenças infecto-parasitárias que atingem principalmente as crianças. Em 1990, por exemplo, 46% das mortes de crianças de 0-14 anos ocorreram em função deste tipo de doenças.

Todo este contexto de dificuldades a que as mulheres estão submetidas se refletem diretamente na sua saúde, não sendo, muitas vezes, possível afirmar qual foi a causa do adoecer ou morrer de uma mulher.

Dados da cidade do Recife referentes ao ano de 1990 (SIM/1990), apontam como a principal causa de mortes de mulheres as complicações no aparelho circulatório e como segunda causa os neoplasmas (câncer). No tocante às primeiras muitas são as situações que podem levar a este tipo de problema, da sobrecarga de trabalho, dupla jornada e o stress daí advindo, até complicações provocadas pelo consumo inadequado de pílulas anticoncepcionais, estas muitas vezes distribuídas em nome do controle da natalidade e

não por ser uma alternativa mais saudável para a vida das mulheres.

No que diz respeito as mortes provocadas por câncer, temos que a RMR é uma das áreas no Brasil que apresenta os mais elevados índices de câncer de colo de útero, o único tipo cuja prevenção é possível, simples e de baixo custo. Segundo Molina (1995), "de cada 100 mulheres que apresentam câncer no estado de Pernambuco, 35 a 40 padecem de câncer de colo" e ainda "50,3% das mulheres que tiveram seus filhos nas seis principais maternidades do SUS em Recife, apesar de terem em média três filhos, nunca tinham realizado um exame preventivo".

Se considerarmos que, entre os fatores que podem provocar câncer de colo de útero estão a presença de doenças sexualmente transmissíveis, muitos partos, uso prolongado de pílulas anticoncepcionais e a violência sexual, podemos avaliar o quanto a forma como se organizam as relações de gênero geram não apenas desigualdades sociais, como também diminuem a qualidade de vida das mulheres, especialmente no campo da saúde reprodutiva.

Assim, o questionamento feito por Ávila (1994) a respeito da mortalidade materna nos parece bastante pertinente não apenas para este tipo de óbito como também para a reflexão sobre a saúde e a doença nas mulheres. Em suas

palavras, "quando uma mulher morre de morte materna deveríamos interrogar onde começou a se construir essa morte. Quais as condições de trabalho que teve durante a gravidez? Que método contraceptivo usou antes de engravidar? E o afeto? Sofreu violência na relação conjugal? Fez pré-natal? Com que qualidade? Comumente se pensa e se mede os efeitos da gravidez nos problemas de saúde que as mulheres já têm. Considero que se deveria começar a medir os efeitos dos violentos contextos de vida na construção desta morbidade."

Um dado importante e que se relaciona diretamente com a estrutura das relações de gênero é a diferença entre os índices de morte violenta entre as mulheres e homens na RMR. Inicialmente destacamos que a primeira causa de óbitos masculinos na faixa dos 15 aos 49 anos no Recife (os dados são referentes a 1990) são as chamadas causas externas ou mortes violentas (onde se incluem os homicídios, os acidentes de trânsito e os suicídios). No caso das mulheres esta é, para a mesma faixa etária, a terceira *causa mortis*.

A maneira como esta morte se dá também é diferente para homens e mulheres, pois, "constata-se que a maior proporção de mortes femininas por causas violentas está ligada aos acidentes de trânsito, tanto atropelamento quanto

choques, ao contrário dos homens, mais vitimados com os homicídios com armas de fogo e instrumentos perfurantes" (Berquó, Araújo e Sorrentino,1995).

De modo geral, isto nos aponta para o fato de que a deterioração das condições sócio-econômicas nas cidades tem levado a uma violência crescente que atinge tanto homens quanto as mulheres , especialmente os mais jovens, entre 20 e 29 anos.

Analisando o caso masculino, vemos que os homens continuam sendo vítimas e algozes de padrões violentos e agressivos de comportamento, padrões estes que também se originam das formas como as relações de gênero estão organizadas, onde a masculinidade está frequentemente associada ao uso da força física e à defesa da honra.

No que se refere às mulheres, podemos supor que tanto a entrada efetiva no mercado de trabalho quanto sua maior participação em todas as esferas da vida pública fez com que elas ficassem expostas a situações e perigos anteriormente considerados como específicos do mundo dos homens (Berquó, Araújo e Sorrentino,1995).

Contudo, mesmo que as mulheres morram menos em função de causas violentas isto não significa que elas não sejam frequentemente alvos da violência que se expressa através do estupro e das agressões físicas, passando pela

restrição da liberdade de ir e vir, até as agressões verbais e psicológicas.

É neste contexto que surge, sem que as estatísticas procurem apreender, a violência doméstica. Se muitas vezes as mulheres, por medo, vergonha ou até mesmo em função de valores sociais que sempre as culpabiliza, terminam por silenciar a violência de que foram vítimas, por outro são poucas as pesquisas oficiais que se interessam por investigar esta questão, o que se alia ao fato de os registros de ocorrências, prontuários e boletins geralmente são de péssima qualidade.

Além disso, não podemos esquecer que "muitos dos problemas de saúde encontrados nas mulheres e considerados de ordem física pelo serviço de saúde, se bem investigados poderiam revelar o lado oculto da violência doméstica. As queixas vagas, dores de cabeça, 'palpitações', dor pélvica, uso de álcool ou drogas, depressão, gravidez indesejada, abortos, podem resultar em histórias de violência de gênero camufladas em outras demandas aos serviços de saúde. No entanto, estes transtornos não são reconhecidos por estes serviços como possíveis problemas ligados à violência doméstica" (Berquó, Araújo e Sorrentino, 1995).

A AÇÃO DOS MUNICÍPIOS Se os indicadores sócio-demográficos nos permitem visualizar as desigualdades, conflitos e dificuldades que as mulheres vivenciam no seu cotidiano, terminando por impor-lhes uma cidadania restrita, é fundamental sabermos como o Estado, através das administrações municipais, tem se posicionado na regulação destes conflitos. Existem ações municipais na RMR que enfrentam tais problemas? Qual a efetividade das mesmas? Em que elas contribuem, ou não, para transformar as desigualdades de gênero?

Nas entrevistas realizadas com secretários ou assessores/as das secretarias municipais de saúde, ação social e educação das 13 prefeituras da RMR, constatamos que 72,2% declararam possuir programas implementados, ou em vias de implementação, específicos para as mulheres. Em termos gerais, podemos dividir o foco de atenção destes programas em duas grandes questões: econômicas e de saúde. Tais prioridades respondem a duas das principais dificuldades vividas pelas mulheres da RMR como constatamos anteriormente.

No que se referem aos programas que atuam no plano das questões econômicas dois são os tipos de ação priorizados:

- ♦ a geração de renda - através da produção, comercialização e prestação de serviços - ações estas que geralmente aproveitam as habilidades tradicionalmente consideradas como femininas (corte e costura, manicure, fabricação de artesanato, entre outras);

- ♦ doação de bens materiais como enxovais, óculos e remédios.

Não nos é possível avaliar nesta publicação o real impacto destes programas na vida das mulheres, mas acreditamos que num quadrô de tão absoluta pobreza tais ações são por si mesmas iniciativas válidas, pois qualquer gasto a menos que se faça ou recurso financeiro que se incorpore ao orçamento doméstico com certeza representam benefícios. Entretanto, sabemos que tais programas não promovem uma mudança real na situação de vida das mulheres, aprisionando-as no mesmo ciclo de pobreza.

No que se refere aos programas de geração de renda, será que o planejamento destas atividades leva em conta a possibilidade de que possam representar uma sobrecarga de trabalho, uma terceira ou quarta jornada que subtrai das mulheres as já escassas oportunidades de descanso e lazer?

Ao se estruturarem a partir de trabalhos que podem ser realizados no espaço doméstico - e que muitas vezes são

apenas a extensão das tarefas que as mulheres já desenvolvem cotidianamente (cuidar da casa, costurar, embelezar) - diferenciando-se apenas pela remuneração recebida, não se está, inclusive, correndo o risco de retorçar e fixar a atual estrutura desigual das relações de gênero?

Isso se expressa na medida em que tais programas parecem ter por base a compreensão de que o trabalho feminino e seus rendimentos são apenas complementares e conjunturais na organização e manutenção da vida familiar, gerando a idéia de que "as mulheres pobres seriam trabalhadoras sobretudo em épocas de crise, o que não lhes daria condições de o serem nas mesmas condições que os homens, eles trabalhadores, elas trabalhadoras secundárias, ocasionais, etc. Esta interpretação continua por negar o direito à individualidade e à autonomia das mulheres, pois as coloca numa relação de complementariedade com os homens, através da família reafirmando sua dependência, seu lugar subordinado e não sua liberdade."(Lavinias, 1994). Tal interpretação pode levar a manutenção de programas que na realidade geram pouca renda, embora possam gerar muitas horas a mais de trabalho para as mulheres.

Quanto à doação de bens materiais, está é uma prática antiga e que se funda em relações patriarcais. Embora

reconheçamos que no quadro atual de exclusão de grande parcela da população do mercado consumidor, e em especial as mulheres, ações compensatórias de distribuição de bens materiais se fazem necessárias, resolvendo de forma emergencial problemas concretos (o enxoval do bebê, o óculos, a cadeira de rodas). Entretanto, tais programas têm alta probabilidade de gerar políticas de cunho assistencialista onde o direito é substituído pela "ajuda" e a cidadania pelo clientelismo, inclusive com fins eleitorais.

Os programas voltados para a saúde se concentram basicamente no campo reprodutivo através de ações de planejamento familiar, pré-natal, e prevenção do câncer de colo.

As informações que obtivemos nas entrevistas realizadas não nos fornecem condições de avaliarmos concretamente o grau de eficácia das ações desenvolvidas, tanto no que se refere ao alcance dos programas em termos do número de mulheres atingidas, quanto a uma possível reversão no quadro da morbidade e mortalidade feminina na RMR.

Contudo, nos parece que tais programas não trabalham com uma visão ampliada da saúde e dos direitos reprodutivos na medida em que, entre outras coisas, o critério majoritariamente citado para a inclusão das mulheres nos programas de saúde era que elas estivessem na idade fértil

ou tivessem vida sexual ativa, enfocando a mulher apenas como reprodutora, tendência esta que contraria a visão do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher). Um exemplo disto é que não há nenhuma ação voltada para as questões de saúde mental, aspecto primordial na qualidade de vida de qualquer pessoa.

Além disso, quando analisamos o tipo de participação das mulheres nestes programas constatamos que esta se dá basicamente no papel de usuárias, o que de certa forma as coloca num lugar de passividade, restringindo assim suas possibilidades de controle e intervenção nos programas, bem como seus espaços de escolha e autonomia.

Para nós, uma perspectiva ampliada da saúde e dos direitos reprodutivos implica em que se considere os elementos assinalados pelo IRRRAG (1995) a partir de pesquisas em sete países, onde constatou-se que "as mulheres experimentam a reprodução social (trabalho fora de casa mais as tarefas domésticas) e a reprodução biológica como continuamente articuladas, constituindo juntas o elo estrutural para o seu ciclo de vida completo. Além disso o curso reprodutivo - incluindo-se aí os cuidados com os filhos e as tarefas da casa- se expande por toda a vida da mulher e

² Tradução nossa. | não restringindo aos anos férteis"².

Em termos gerais, podemos considerar que a maioria dos programas municipais voltados para as mulheres na RMR tem ainda traços muito marcantes de assistencialismo e, por vezes, clientelismo, além de se estruturarem a partir de uma imagem de mulher como sendo apenas mãe e dona de casa, imagem restritiva tanto em termos da realidade cotidiana, quanto do reconhecimento da cidadania das mulheres.

Contudo, podemos constatar a existência de alguns poucos programas que parecem não se organizar por esta lógica, como é o caso de um programa municipal que tem por objetivo o fortalecimento dos grupos de mulheres e a criação de espaços institucionais que possibilitem a ação e intervenção das mesmas na cidade. Uma outra linha programática também inovadora é a da construção da casa própria por mulheres, atividade que mexe com dois aspectos da configuração das relações de gênero, afinal a construção civil sempre foi considerada uma atividade eminentemente masculina e a posse de imóveis ou terras era, e ainda é, dada preferencialmente aos homens.

No que se refere à maneira como tais programas são gerenciados e se há controle social sobre os mesmos podemos constatar que as ações municipais voltadas para as mulheres padecem dos mesmo males existentes na gestão das

políticas sociais no Brasil. Ou seja, a articulação direta entre os programas e o mandato dos prefeitos, a ausência de definições orçamentárias e a inexistência de processos de avaliação tanto no que se refere ao funcionamento quanto aos possíveis impactos dos mesmos.

Geralmente não há controle social sobre as ações municipais, na medida em que na maior parte delas as mulheres são percebidas apenas enquanto usuárias, sem canais ou instrumentos de participação e decisão.

Em síntese, consideramos que os atuais programas voltados para as mulheres e desenvolvidos pelas prefeituras da RMR estão pautados no reconhecimento de algumas das mais sérias dificuldades enfrentadas por elas. Entretanto, apesar de alguns avanços já obtidos, eles repetem a tradição da forma de implementar políticas sociais no Brasil.

Isto se dá na medida em que se organizam a partir de uma perspectiva restrita, pouco contribuindo para a transformação das desigualdades de gênero, já que estruturam suas ações a partir da oposição entre esfera produtiva e reprodutiva, fixando as mulheres na segunda, e, com isso, naturalizando assim suas ações cotidianas.

Tal situação leva a uma idéia de cidadania que opera com uma separação rígida entre o público e o privado, onde o primeiro é sinônimo de político e, portanto, lugar de di-

reitos, enquanto que o privado é colocado como o espaço da diferença e do particular, fora do alcance das regulações políticas.

Ao pensarem as mulheres como indivíduos que desenvolvem apenas atividades reprodutivas, e estas sendo consideradas como pertencentes à esfera privada, os programas municipais em sua maioria, terminam por não considerá-las como sujeitos políticos, mas apenas como objeto de ações, ou em alguns casos, beneficiárias e/ou instrumentos dos programas. Esta postura vai na contra mão da consolidação e ampliação da cidadania das mulheres.

Contudo, sabemos que a cidadania não é algo que se concede, mas sim uma relações que se estabelece entre dois sujeitos políticos com vistas à negociação de projetos e interesses que visem o bem estar comum. Neste sentido, as mulheres já vem há muito tempo lutando pelos seus direitos e pelo fortalecimento de sua cidadania.

É durante a década de 80, no processo de democratização por que passava o Brasil, que surgem a maior parte das organização populares de mulheres da RMR, articulando dois dos principais movimentos sociais do período: o feminista e o de bairro. Estas organizações se caracterizam

ORGANIZAÇÃO
E AÇÃO POLÍTICA
DAS MULHERES

fundamentalmente pela introdução de novas formas de ação, onde a vida cotidiana era tomada como base para o reconhecimento da situação de exclusão social e para a criação e o alargamento dos direitos e da cidadania.

Através dos clubes de mães, dos grupos de mulheres e das associações de moradores as mulheres buscaram - e ainda continuam a fazê-lo - romper com a exclusão social, política e econômica a que estão submetidas no dia-a-dia das cidades.

Neste sentido, as ações destes grupos se estruturam em duas frentes: - as lutas para a melhoria da comunidade em geral: habitação, saneamento, luz, equipamentos de consumo coletivo; - ações voltadas especificamente para as mulheres: formação profissional, geração de renda, educação e saúde, com especial atenção às mães e crianças.

É importante observar que tais atividades são geralmente financiadas através de recursos da própria comunidade e o Estado - que em muitos casos deveria estar desenvolvendo tais ações - contribui minimamente para a realização das mesmas.

A amplitude das ações desenvolvidas pelas mulheres em suas comunidades confirma as inúmeras dificuldades que enfrentada, cotidianamente, bem como o peso das atividades reprodutivas, tanto nos aspectos biológico como social,

já que a elas cabe gerir e organizar, com o mínimo de recursos disponíveis e com maior eficácia possível, a vida familiar e comunitária.

Estes dois universos se interligam todo o tempo, já que a febre do filho pequeno é um problema que apresenta tanto componentes particulares como coletivos, pois se não há postos de saúde que propiciem um atendimento adequado, se não há creches em que a criança possa ficar em segurança quando a mãe vai trabalhar, se quando chove as casas se inundam, a resolução eficiente de uma doença infantil passa por questões muito mais complexas do que o acesso a um antitérmico.

Para a transformação deste quadro, as mulheres, além de estarem sempre presentes nas lutas urbanas- seja através de mutirões para a realização de melhorias na comunidade, organização de atos públicos, pressão e reivindicação junto aos órgãos municipais - buscam também soluções criativas, como farmácia coletiva de remédios caseiros, creches comunitárias, oficinas de artesanato, entre outras, que se não possibilitam o estabelecimento de uma vida realmente com qualidade, ao menos amenizam um cotidiano geralmente difícil e precário. Como afirmam Calió e Lopes (1993) "envolvidas com a sobrevivência da família, acabam se convertendo em gestoras da configuração urbana(..).

Organizadas reivindicam-se autoras e produtoras de seu entorno físico, social e ambiental. Trazem para a ordem do dia a importância das políticas que incorporem suas necessidades cotidianas e sua participação na tomada de decisões, tanto na construção democrática do bairro quanto da cidade".

Contudo, apesar das ações das mulheres envolverem como vimos acima níveis muito mais extensos que a vida familiar ou privada, geralmente elas não são consideradas como ações políticas, mas sim uma simples expansão das tarefas domésticas para o bairro ou para a gerência comunitária. A isto se agrega o fato de que são as associações ou os conselhos de moradores os lugares percebidos como próprios para a ação política. Acontece que neste locais o número de mulheres que ocupam cargos diretivos é ainda muito pequeno. Por exemplo, na cidade do Recife apenas 25% das associações de moradores têm mulheres na sua direção.

Neste sentido, pensamos que um dos elementos fundamentais na transformações das desigualdades de gênero é exatamente o reconhecimento de que ao lutarem pela melhoria das condições concretas de suas vidas as mulheres exercendo cotidianamente sua cidadania, estão atuando na

esfera política e mais ainda, construindo através destas ações uma ponte entre o público e o privado, mesmo que muitos ainda insistam em não percebê-la.

Apesar de ser em número menor, as mulheres também atuam para além do bairro. Por exemplo, nos conselhos municipais da cidade do Recife³, elas são 44% da representação da sociedade civil. Este é um dado importante, mas quando analisamos a composição de titulares e suplentes destes conselhos verificamos que 58% das mulheres ocupam a suplência, ao mesmo tempo em que elas são maioria apenas nos conselhos de saúde e da criança e adolescente. Enquanto isto, nos conselhos de desenvolvimento urbano e meio ambiente elas representam 25% e 13%, respectivamente.

Ou seja, parece que em todos os âmbitos da ação política se reproduzem as visões estreitas e dicotomizadas a respeito de espaços e temas masculinos e femininos, revelando que em questões fundamentais para a vida das mulheres, como desenvolvimento urbano e meio ambiente, a cidade é pensada no masculino.

³ Os conselhos atualmente existentes na cidade do Recife são os seguintes: Saúde, Educação, Cultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Criança e Adolescente.

⁴ Instância municipal onde são discutidos e aprovados os critérios de divisão dos recursos correspondentes à parcela regionalizada do Orçamento bem como a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias da cidade. Atualmente sua representação é constituída pelo Prefeito, Secretários Municipais, representantes dos conselhos setoriais e delegados das Micro-regiões e Região Político-administrativas. Esta instância faz parte do programa Prefeitura nos Bairros que procura estabelecer uma relação direta com as comunidades, no sentido de decidir as obras e serviços que lhes são prioritários.

A composição da representação dos bairros no Fórum da Cidade do Recife⁴ acompanha essa mesma tendência, na medida em que existem 68% de delegados e apenas 32% de delegadas.

Para a maioria destas mulheres a participação neste espaço é fundamental na medida em que elas conhecem muito bem a situação em que se encontram suas comunidades, como também podem obter informações, reivindicar, acompanhar e fiscalizar melhor as ações desenvolvidas pela prefeitura.

Mas como as mulheres vêm e vivem esta cidade ?

No quadro 1, podemos observar que o saneamento básico aparece como o principal problema da cidade, problema que ainda está muito longe de ser resolvido no conjunto da RMR. Além disso, as mulheres sabem que saneamento não é apenas uma questão de água nas torneiras ou instalações sanitárias, mas sim de qualidade de vida, onde estão incluídos o direito à saúde e o acesso a uma moradia adequada e digna.

QUADRO 1

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA CIDADE

Saneamento básico	36%
Desemprego	24%
Violência/segurança	24%
Outros	16%

Com o mesmo percentual de respostas aparecem em seguida o desemprego e a segurança, questões que estão profundamente interligadas às características do processo de urbanização brasileiro, onde as cidades cresceram e se estruturaram de forma desorganizada no contexto de um sistema econômico extremamente concentrador de renda.

Quando analisamos os problemas considerados como mais difíceis para mulheres e homens na cidade do Recife (quadros 2 e 3) podemos inicialmente destacar que se, por um lado, a dificuldade para os homens se resume basicamente à questões do desemprego, por outro, quando elas pensam a si próprias há uma diversidade muito maior de problemas a serem enfrentados.

QUADRO 2

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA CIDADE PARA AS MULHERES

Desemprego	42%
Discriminação/preconceito	15%
Violência/segurança	8%
Ausência equipamentos de consumo coletivo (creche/ assistência à saúde)	8%
Outros	27%

QUADRO 3

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA CIDADE PARA OS HOMENS

Desemprego	82%
Machismo	13%
Outros	5%

Isto reflete, a nosso ver, a dinâmica da vida nas cidades, onde as mulheres têm que lidar com questões da ordem da produção e da reprodução, reveladas nas duplas ou triplas jornadas de trabalho, enquanto que aos homens cabe apenas obter os meios de prover o sustento da sua família.

Ainda com relação ao desemprego, uma outra diferença pode ser assinalada. Para as mulheres que responderam a esta pesquisa, este parece ser um problema maior para homens do que para as mulheres, já que o percentual de respostas desemprego para homens é quase o dobro do percentual das mulheres.

Além do que já apontamos acima, esta diferença também é fruto da atual estrutura das relações de gênero que faz com que o trabalho das mulheres realizado fora de casa seja visto como complementar e conjuntural, ao mesmo tempo em que o trabalho doméstico é percebido por muitos/as como um não-trabalho.

Um outro elemento muito importante que se depreende das respostas dadas nesta pesquisa é a importância dos valores e normas sociais na vivência da cidade. A discriminação e o preconceito foram assinalados como o segundo maior problema para as mulheres, ao mesmo tempo em que o machismo, apesar do pequeno percentual, foi considerado uma dificuldade para os homens.

Isso demonstra que, diferentemente da imagem que muitos/as têm das mulheres das camadas populares como se preocupando apenas com as questões da sobrevivência econômica e apesar de ser este um dado crucial na realidade de muitas mulheres na RMR, o seu pensar, questionar

e agir não se restringe apenas a esta dimensão de suas vidas.

Elas sabem, a partir de suas experiências cotidianas, que transformar a difícil situação de vida das mulheres passa também pela mudança dos valores e das normas sociais que provocam o preconceito, a discriminação, a violência, a injustiça e a exclusão. As mulheres sabem que construir uma cidadania ativa não significa somente uma creche na comunidade, mas também tratamento, oportunidade e escolhas igualitárias para mulheres e homens.

As questões da violência e da falta de segurança também são um espelho das desigualdades entre homens e mulheres na dinâmica da cidade, na medida em que eles foram considerados problemas apenas para as mulheres.

Podemos analisar este fato a partir de duas vertentes. A primeira é que como a rua, o espaço público, não é percebido como um espaço das e para as mulheres, não são pensados instrumentos que tornem a cidade mais segura. Por outro lado, as mulheres que estão transitando nas ruas são percebidas como alvos mais fáceis para ações violentas, tanto por se considerar que elas são mais frágeis, no caso dos assaltos e furtos, como também porque muitos ainda pensam que as mulheres são objetos e, portanto, sem ne-

nhum direito a ter a posse de seu próprio corpo e a liberdade de circulação, como nos casos de violência sexual.

Por outro lado, como apontamos anteriormente, o percentual de homens que morrem em função de violência é muito maior do que o percentual de mulheres no mesmo tipo de situação. Na realidade, por viverem mais na rua eles estão mais expostos à violência que aí ocorre e sendo também os principais agentes. Contudo, a nossa sociedade parece ter naturalizado a agressão e a violência dela decorrente como sendo coisas de homem, de machos, fazendo, inclusive, com que muitas vezes não cheguemos sequer a pensar a violência como sendo também um grave problema para os homens, pois pensar assim seria até, em muitos casos, considerado como um desmerecimento da virilidade e uma negação de sua honra.

No que se refere ao fato das mulheres entrevistadas afirmarem que a ausência ou deficiência nos serviços de consumo coletivo prejudicam as suas vidas, podem ser feitas também duas observações. A primeira delas é que esta ausência ou deficiência não são relacionados como sendo uma dificuldade que afeta a vida dos homens, demonstrando que muitas mulheres ainda não atribuem a eles as responsabilidades com a reprodução social. Contudo, ao considerarem as deficiências nos equipamentos de consu-

mo coletivo como sendo um problema para as suas vidas, estão reconhecendo que tal responsabilidade não é exclusivamente sua. O Estado, representado na figura da administração municipal, também tem obrigações nesta área, confirmando desta forma que elas já não estão, nem pretendem estar, apenas no espaço doméstico, seu campo de ação e movimento é muito mais ampliado.

Se a ação das mulheres abrange todos os aspectos da vida na cidade na busca de transformar as difíceis condições de discriminação e exclusão, ela também modifica a maneira como as mulheres vêm a si e ao mundo, tornando-as sujeitos políticos, capazes de dizer por si mesmas o que pensam e desejam para a cidade através da construção cotidiana de um projeto de vida que as coloca em condições de negociar e administrar os conflitos e encontrar soluções para os mesmos.

DESAFIOS O perfil que traçamos da vida e das ações das mulheres na RMR nos demonstra que há muito o que ser feito na construção de uma cidade realmente justa e igualitária para todos/as que nela vivem. Neste sentido, apresentaremos agora alguns dos processos que, na nossa visão, são fundamentais para a realização deste objetivo.

PARTICIPAÇÃO EFETIVA E CIDADANIA ATIVA

Para construirmos uma cidade realmente democrática é fundamental que todos/as tenham uma participação plena na discussão e deliberação sobre os problemas que lhes afligem e suas possíveis soluções. Muito já caminhamos nesse sentido, sendo os vários conselhos e foruns municipais uma clara demonstração da viabilidade destes processos.

Contudo, muito resta por fazer e um dos pontos centrais se refere à informação, na medida em que só é possível interferir de maneira positiva numa realidade que se conhece⁵.

Desta forma, é fundamental que as administrações municipais construam bancos de dados com informações relativas à dinâmica cotidiana de uma cidade, tendo por base o princípio de que sua população não é homogênea, vive em situações diferentes e, sobretudo, desiguais. Assim sendo, o levantamento e a análise dos dados tem que considerar a estrutura das relações de gênero, na medida em que estas são fonte da subordinação e exclusão em que vivem as mulheres.

⁵ Uma iniciativa bastante positiva foi a instituição pela Prefeitura da Cidade do Recife, da rede cidadão, na Internet, com informações sobre os Programas Prefeitura nos Bairros disponíveis para qualquer cidadão/cidadã. No entanto os dados desta rede ainda carecem de uma melhor elaboração de modo a incorporar dimensão de gênero na reflexão e ação sobre a cidade.

Ao se construir um banco de dados onde ficam reveladas a situação concreta dos cidadãos e cidadãs, as administrações municipais têm condições de planejar e executar políticas sociais que realmente incidam de maneira eficaz na resolução dos problemas urbanos. Num quadro onde os recursos para a realização de tais ações geralmente são escassos, a informação adequada e atualizada é fundamental para que se determinem prioridades, evitando assim o agravamento de problemas antigos ou o surgimento de novas dificuldades.

Por exemplo: vimos que as mulheres chefes de família são geralmente as mais pobres entre os mais pobres. Se este grupo é tomado como prioritário nos programas de acesso à habitação e se este programa se baseia no princípio de que morar não é somente ter um teto, mas um conjunto de benefícios infra-estruturais e equipamentos de consumo coletivo, com certeza se estará diminuindo num grau bastante considerável uma série de outros problemas, da saúde à violência urbana.

Por outro lado, é importante também que as informações sejam divulgadas e de fácil acesso para a sociedade. Por fácil acesso não estamos querendo dizer que uma repartição determinada tenha uma imensa listagem de dados ou relatórios para quem quiser ler. Ter este material disponí-

vel não indica necessariamente que aquele/a que o encontra terá condições de entendê-lo e utilizá-lo conforme suas necessidades. O uso indiscriminado de termos técnicos, estatísticas complexas e formato pouco prático impedem, muitas vezes, que a informação de seja veículo de conhecimento e ponto de partida para a ação política.

Para os grupos de mulheres, ter acesso às informações é fundamental para uma maior efetividade nas ações que desenvolvem nas comunidades, como também na participação, deliberação e negociação com as instâncias municipais, permitindo assim o controle social das políticas e programas que lhes são dirigidos

Além disso, propicia o reconhecimento de que a situação em que vive cada grupo não é única e exclusiva, possibilitando, desta forma, a troca de experiência entre os grupos e a construção de parcerias.

A consolidação da cidadania ativa requer também a existência de espaços para que ela possa ser exercida de modo realmente efetivo. Como afirmamos anteriormente, já existem várias instâncias que garantem esta participação, contudo elas se restringem basicamente as deliberações sobre questões relativas a vida nos bairros.

Um exemplo disto é a seguinte afirmativa, contida no documento Prefeitura nos Bairros, sobre os processos de

discussão e deliberação do chamado "orçamento participativo".

Eis o texto:

"À Secretaria de Finanças cabe a indicação do percentual de recursos previstos para o investimento regionalizado. Registra-se desde já que os recursos destinados ao chamado investimentos estruturadores (aqueles que têm efeitos geral sobre a cidade) não estarão sujeitos às deliberações das instâncias abaixo [Plenárias das Micro-Regiões, Fórum da Cidade do Recife, Plenária de RPA's⁶] já que por serem estratégicos serão de responsabilidade do executivo".

⁶ Regiões Político
administrativas

Sabemos que constituir grandes plenárias para discutir e deliberar sobre todas as ações a serem feitas na cidade não é algo simples, sendo até desnecessário em muitos casos. Contudo, não podemos deixar de supor, pelo exposto acima, que aos movimentos populares, e dentro delas as organizações de mulheres, ficam reservado apenas as questões mais emergenciais de cada comunidade, havendo, portanto, pouco espaço e recursos para a criação de soluções capazes de garantir uma vida com qualidade.

Além disso, não podemos esquecer que a cidade é composta de sujeitos políticos diversos com interesses muitas vezes conflitantes. Há os interesses do comércio, da indústria, das empresas de transportes, das igrejas, escolas, partidos políticos, movimentos sociais e nem todos os representantes destes setores possuem as mesmas condições e

poder de influenciar na resolução dos conflitos de acordo com as suas necessidades. Tais processos condicionam com certeza as ações e decisões que o poder executivo toma em relação ao cotidiano da cidade.

A CIDADE TAMBÉM PARA AS MULHERES- CRIANDO NOVAS ALTERNATIVAS

Muitos/as podem objetar que a esfera de ação do município tem limites e que, portanto, não pode solucionar todos os problemas que atingem as mulheres já que alguns deles, como a segurança pública e o abastecimento de água, são de responsabilidade estadual, enquanto que questões como o desemprego se ligam ao conjunto mais amplo das políticas econômicas do país.

Claro que estes limites são reais, mas não necessariamente funcionam como entraves definitivos para a melhoria da qualidade de vida. Afinal algumas administrações municipais, através de seus programas, e alguns grupos de mulheres têm buscado alternativas para a mudança deste quadro. Além disso, é na cidade que se desenvolve o cotidiano e a ação política das mulheres sendo, portanto, a esfera municipal o espaço que pode propiciar soluções mais eficazes

discussão e deliberação do chamado "orçamento participativo".

Eis o texto:

"À Secretaria de Finanças cabe a indicação do percentual de recursos previstos para o investimento regionalizado. Registra-se desde já que os recursos destinados ao chamado investimentos estruturadores (aqueles que têm efeitos geral sobre a cidade) não estarão sujeitos às deliberações das instâncias abaixo [Plenárias das Micro-Regiões, Fórum da Cidade do Recife, Plenária de RPA's⁶] já que por serem estratégicos serão de responsabilidade do executivo".

⁶ Regiões Político
administrativas

Sabemos que constituir grandes plenárias para discutir e deliberar sobre todas as ações a serem feitas na cidade não é algo simples, sendo até desnecessário em muitos casos. Contudo, não podemos deixar de supor, pelo exposto acima, que aos movimentos populares, e dentro delas as organizações de mulheres, ficam reservado apenas as questões mais emergenciais de cada comunidade, havendo, portanto, pouco espaço e recursos para a criação de soluções capazes de garantir uma vida com qualidade.

Além disso, não podemos esquecer que a cidade é composta de sujeitos políticos diversos com interesses muitas vezes conflitantes. Há os interesses do comércio, da indústria, das empresas de transportes, das igrejas, escolas, partidos políticos, movimentos sociais e nem todos os representantes destes setores possuem as mesmas condições e

para o atendimento imediato de alguns dos seus principais interesses.

Sendo assim, consideramos que serviços de saúde, educação e saneamento se bem planejados e funcionando com base em programas formulados com a participação do movimento de mulheres, podem ajudá-las a enfrentar melhor os trabalhos da reprodução, em suas dimensões biológica e social, bem como alargar as possibilidades de suas trajetórias de vida.

A este tipo de iniciativa juntam-se ainda políticas e serviços voltados exclusivamente para apoiar as mulheres em situações como a violência doméstica e nas ruas, o assédio sexual nos locais de trabalho, direitos legais no caso de separação, entre outras.

Considerando ainda a limitação dos recursos, que atinge todos os setores da sociedade brasileira, temos o grande desafio de aprimorar a qualidade e a eficiência dos serviços sem onerar o orçamento municipal. Mas, sabemos que isto é possível. Vejamos, por exemplo, a questão da segurança pública. Um maior cuidado com a iluminação de praças e jardins, a poda constante das árvores nas ruas, a mudança no trajeto dos ônibus e a promoção de atividades de lazer durante a noite nos bairros são alguns ações simples e pou-

para o atendimento imediato de alguns dos seus principais interesses.

Sendo assim, consideramos que serviços de saúde, educação e saneamento se bem planejados e funcionando com base em programas formulados com a participação do movimento de mulheres, podem ajudá-las a enfrentar melhor os trabalhos da reprodução, em suas dimensões biológica e social, bem como alargar as possibilidades de suas trajetórias de vida.

A este tipo de iniciativa juntam-se ainda políticas e serviços voltados exclusivamente para apoiar as mulheres em situações como a violência doméstica e nas ruas, o assédio sexual nos locais de trabalho, direitos legais no caso de separação, entre outras.

Considerando ainda a limitação dos recursos, que atinge todos os setores da sociedade brasileira, temos o grande desafio de aprimorar a qualidade e a eficiência dos serviços sem onerar o orçamento municipal. Mas, sabemos que isto é possível. Vejamos, por exemplo, a questão da segurança pública. Um maior cuidado com a iluminação de praças e jardins, a poda constante das árvores nas ruas, a mudança no trajeto dos ônibus e a promoção de atividades de lazer durante a noite nos bairros são algumas ações simples e pou-

formação da atual estrutura das relações de gênero, é o que irá garantir o reconhecimento das mulheres como cidadãs ativas com direito, portanto, de falar em seu próprio nome, discutir e negociar seus projetos no sentido da construção de uma cidade realmente democrática e com qualidade de vida.

ANDRADE, Thompson - "As Condições Econômicas de Acesso das Mulheres aos Serviços de Saneamento". Apresentado no Seminário A Participação da Mulher no Saneamento e na Proteção Ambiental nas Áreas Urbanas". Rio de Janeiro, s/d.

ASTELARRA, Judith. "Recuperar la Voz. El Silencio de la Ciudadanía" in **Fin de Siglo. Género y Cambio Civilizatorio**, nº 17, Santiago. Isis Internacional, 1991.

AVILA, M^a Betânia. **Mortalidade Materna: Uma Questão Social**. Recife, SOS CORPO, 1994.

BARRIG, Maruja. "Apontes para um Reflexión sobre La Mujer y los Gobiernos Locales" in RUIZ Carmen (ed) **Mujer, Género y Desarrollo Local Urbano**. La Paz, Ediciones Gregoria Apaza, 1993.

BERQUÓ, Elza, ARAÚJO, M^a José e SORRENTINO, Sara. **"Fecundidade, Saúde e Pobreza na América Latina. O Caso Brasileiro. Vol. I, São Paulo, 1995.**

BRANDÃO, Juarez Rubens. "Política social: Subsídios Estatísticos sobre Pobreza e o Acesso a Programas Sociais no Brasil". Apresentado no Seminário "Desenvolvimento Social e Pobreza". São Paulo, 1994.

CALIÓ, Sonia. "Re-ler a Cidade ao Feminino: Uma Proposta de Reforma Urbana do Ponto de Vista das Mulheres. "Apresentado na Conferência da Comissão do Desenvolvimento do Terceiro Mundo da UGL. São Paulo, 1991.

CALIÓ, Sonia e LOPES, M. "As Mulheres e a Nova Consciência Ecológica" in **Enfoque Feminista**. São Paulo, n^o 4, ano III, 1993.

CORRÊA, Sonia. "Educação Sanitária e Ambiental. O Papel da Mulher e a Responsabilidade dos Agentes" in **Mulher e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991.

_____. **Relações Desiguais de Gênero e Pobreza.** Recife, SOS CORPO, 1994.

COSTA, Delarne e NEVES, M^a da Graça. "Nem Tanto ao Mar nem Tanto a Terra: Uma perspectiva das Ações Municipais voltadas para a Mulher". Apresentado no 1º Encontro Enfoque Feministas e as Tradições Disciplinares na Ciência e na Academia - Desafios e Perspectivas. Niterói, 1994.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Pernambuco, 1990.

GUZMÁN, Virginia. "El Género en la Planificación Social" in BARRIG, Maruja e WEHKAMP, Andy (ed). **Sin Morir en el Intento. Experiencias de Planificación de Género en el Desarrollo,** Lima, NOVIB/Entre Mujeres, 1994.

IRRRAG. **Negociar Derechos Reproductivos. Un Estudio sobre las Praticas e Puntos de Vista de la Mujer en Siete le Paises.** Material de Divulgação para a Imprensa. Beijing'95. New York. Hunter College, 1995.

JELLIN, Elizabeth. Construir a Cidadania: Uma Visão desde Baixo in **Lua Nova**, nº 33. São Paulo, 1994.

LAVINAS, Lena. "Gênero, Cidades e Políticas Públicas" in RIBEIRO, Luiz César, JÚNIOR, Orlando (ed). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1994.

MOLINA, Aurélio. "Pesquisa e Formação Profissional nas Áreas de Saúde e Sexualidade da Mulher". Apresentado no Debate Nacional: Mulher, Saúde, Sexualidade e Cidadania. Rio de Janeiro, 1995.

NUNES, Edson. Organizações Populares ONGs e Poder Local: Avanços, Limites e Perspectivas in **ONGs e Poder Local**. Recife ETAPAS, 1993.

PROGRAMA PREFEITURA NOS BAIRROS. Regiões Político-administrativas do Recife. Orçamento Participativo. Recife, PCR, 1995.

JELLIN, Elizabeth. Construir a Cidadania: Uma Visão desde Baixo in **Lua Nova**, nº 33. São Paulo, 1994.

LAVINAS, Lena. "Gênero, Cidades e Políticas Públicas" in RIBEIRO, Luiz César, JÚNIOR, Orlando (ed). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1994.

MOLINA, Aurélio. "Pesquisa e Formação Profissional nas Áreas de Saúde e Sexualidade da Mulher". Apresentado no Debate Nacional: Mulher, Saúde, Sexualidade e Cidadania. Rio de Janeiro, 1995.

NUNES, Edson. Organizações Populares ONGs e Poder Local: Avanços, Limites e Perspectivas in **ONGs e Poder Local**. Recife ETAPAS, 1993.

PROGRAMA PREFEITURA NOS BAIRROS. Regiões Político-administrativas do Recife. Orçamento Participativo. Recife, PCR, 1995.

ANEXO

PERGUNTAS ÚTEIS PARA UM DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DA SITUAÇÃO DAS MULHERES EM PEQUENAS LOCALIDADES

Um diagnóstico participativo pode ser feito pelas próprias moradoras de um bairro, ou comunidade, estimulando as mulheres a refletirem e avaliarem a qualidade da moradia e dos serviços municipais aí presentes. Pode também ser feito em parceria com secretárias municipais, mas deverá contar com lideranças comunitárias, de modo a que as mulheres participantes mantenham o controle sobre os resultados finais do diagnóstico.

O diagnóstico é útil para:

- ♦ mobilizar as mulheres na sua organização enquanto agentes de desenvolvimento local;
- ♦ fortalecer e qualificar a capacidade de análise, elaboração de propostas e negociação por parte das mulheres;

- ♦ orientar a administração municipal sobre as políticas prioritárias e as formas mais adequadas de sua implantação.

Vários aspectos são aqui incluídos. Mas eles podem ser trabalhados separadamente, ou em partes. Mas atenção: a parte final - cotidiano das mulheres - é necessária se fazer sempre.

O diagnóstico está organizado na forma de perguntas que deverão ser debatidas em grupo com as mulheres.

PARTE 1

SOBRE A URBANIZAÇÃO

- ♦ Existe iluminação pública em lugares de risco de agressão por onde as mulheres transitam?
- ♦ Há transporte público e paradas de ônibus próximas a feiras, hospitais, mercados, escolas e parques?

- ◆ Existem espaço para descansar (bancos, local com sombra) em espaços públicos onde as mulheres costumam estar com crianças e pacotes?
- ◆ Os horários de feiras, escolas e postos de saúde são adequados às necessidades das mulheres? Das mulheres que trabalham fora de casa? Das mulheres que trabalham longe de casa?

PARTE 2

SAÚDE REPRODUTIVA

- ◆ Quais os principais problemas que as mulheres enfrentam na área da reprodução:
 - para evitar filhos (contracepção)?
 - Para engravidar e ter uma gravidez sadia?
 - Para parir?
 - Para amamentar?
- ◆ Quais os principais problemas que as mulheres adolescentes enfrentam ?

- ♦ Quais os principais problemas que as mulheres idosas enfrentam?
- ♦ Quais os problemas dos serviços de saúde de sua localidade para apoiar as mulheres nas questões de saúde reprodutiva?

PARTE 3

VIOLÊNCIA

- ♦ Quais os tipos de violência que as mulheres sofrem no espaço de suas casas e famílias?
- ♦ Quais os principais tipos de violência que as mulheres sofrem no trabalho fora de casa?
- ♦ Quais os principais tipos de violência que as mulheres sofrem ao saírem nas ruas, lugares de diversão e lugares públicos em geral?
- ♦ Quem são os agressores?

- ♦ Como as mulheres enfrentam esta situação?
- ♦ Que tipo de apoio necessitam?

PARTE 4

TRABALHO

- ♦ Quais os direitos trabalhistas as mulheres de sua localidade têm garantido?
- ♦ Que tipo de problemas as mulheres enfrentam no trabalho fora de casa?
- ♦ Quais as condições de trabalho doméstico das mulheres de sua localidade?
- ♦ Há água encanada? Há esgoto?
- ♦ Se não há água, quanto tempo as mulheres gastam para buscar lá? Como trazem esta água e que tipo de esforço é exigido das mulheres para este trabalho? Qual a qualidade desta água?
- ♦ Há abastecimento de gás de cozinha satisfatório?

- ◆ Se não usam gás, onde as mulheres buscam lenha?
Quanto tempo gastam neste trabalho? Que tipo de esforço é exigido das mulheres para este trabalho?
- ◆ Onde as mulheres lavam roupa e louças?
- ◆ Há serviços coletivos que ajudam neste trabalho?
- ◆ Onde ficam as crianças quando as mulheres saem para buscar lenha, lavar roupas e fazer outros trabalhos domésticos? Isto é um problema?

PARTE 5

COTIDIANO DAS MULHERES

- ◆ A que horas você começa a trabalhar em casa?
- ◆ A que horas você está livre do trabalho de casa?
- ◆ O que costuma fazer com seu tempo livre?

- ◆ Se não usam gás, onde as mulheres buscam lenha?
Quanto tempo gastam neste trabalho? Que tipo de esforço é exigido das mulheres para este trabalho?
- ◆ Onde as mulheres lavam roupa e louças?
- ◆ Há serviços coletivos que ajudam neste trabalho?
- ◆ Onde ficam as crianças quando as mulheres saem para buscar lenha, lavar roupas e fazer outros trabalhos domésticos? Isto é um problema?

PARTE 5

COTIDIANO DAS MULHERES

- ◆ A que horas você começa a trabalhar em casa?
- ◆ A que horas você está livre do trabalho de casa?
- ◆ O que costuma fazer com seu tempo livre?

ALGUMAS PERGUNTAS ÚTEIS PARA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS VOLTADOS PARA AS MULHERES

(Adaptado de Guzman, V. "El Género en la Planificación Social")

1. O projeto/programa está formulado tomando em conta diagnósticos da realidade local?

- ◆ Que informação estatística foi recolhida e utilizada?
- ◆ As mulheres foram consideradas informantes de suas próprias necessidades?
- ◆ Que documentos de políticas públicas voltadas para mulheres foram consultados?

2. O projeto prevê a participação das mulheres?

- ◆ Em que etapas?
- ◆ Toma em conta as formas já existentes de participação das mulheres neste município?

- ◆ Os obstáculos e restrições culturais para a não participação das mulheres estão indicados? Há medidas para ampliar a possibilidade de participação das mulheres?
- ◆ O projeto prevê tipos de uso das habilidades das mulheres?
- ◆ Foi contabilizado a carga adicional de trabalho que o projeto traz para as mulheres?
- ◆ Que mecanismos estão previstos para viabilizar e valorizar a contribuição das mulheres?

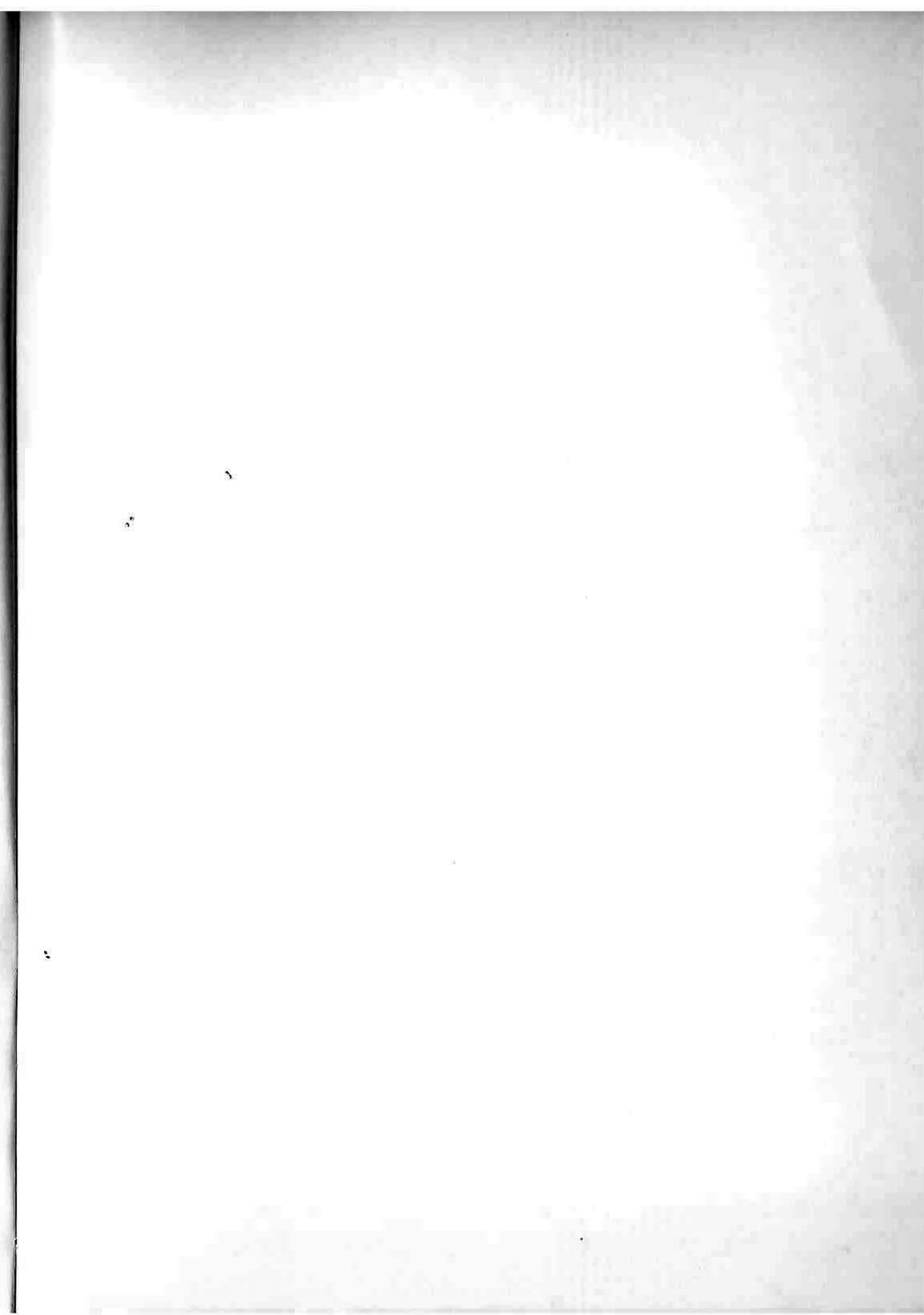
3. Que necessidades das mulheres o projeto procura enfrentar?

- ◆ Que tipo de mulheres estão incluídas como grupo beneficiário?
- ◆ O projeto explica as razões desta escolha?
- ◆ Que mudança o projeto pode induzir para a valorização do trabalho da mulher, posição na família e na comunidade?

- ♦ O projeto pode contribuir para redução da carga de trabalho das mulheres, liberação de tempo e aumento da segurança pessoal?

4. O projeto prevê sensibilização dos técnicos e lideranças acerca das necessidades específicas das mulheres?

- ♦ O projeto formula as necessidades das mulheres na forma de problemas públicos e de direitos de cidadania?





S • O • S
CORPO
GÊNERO E
CIDADANIA